

Acta da Reunião 01 do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável

30 Junho de 2009 | 09.30h | Auditório do Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta

Presentes

Câmara Municipal da Maia - Divisão do Ambiente – Maria João Pedrosa
Câmara Municipal da Maia - Divisão de Planeamento Territorial – Marta Moreira
Câmara Municipal da Maia – Divisão da Cultura – Maia Marques
Câmara Municipal da Maia - Divisão do Desenvolvimento Social – Francisco Lemos
Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. – Carlos Mendes
Associação Empresarial da Maia – Jorge Pereira
Fábrica de Tintas 2000
Sandra Carmelo
Luísa Couto
Quercus – Ricardo Marques
Escola Secundária de Águas Santas – Manuel Ferreira
Junta de Freguesia da Maia - Carlos Teixeira
Junta de Freguesia de Moreira – Albino Maia
Assessoria de Imprensa da C.M – Fernando Moreira de Sá
Cidadão com desempenho Sustentável – Nuno Barros
Helena Lopes – Grupo Coordenador maia21
Susana Pinho – Grupo Coordenador maia21
Nuno Gusmão – Grupo Coordenador maia21
Susana Peixoto – Apoio ao Grupo Coordenador maia21

Auto de tomada de posse

No acto de recepção foi entregue uma fotocópia autenticada do auto de tomada de posse a cada membro do CMDS presente.

Na próxima reunião do CMDS, serão distribuídos os restantes autos aos membros ausentes nesta primeira reunião.

Aprovação do Regimento

Foram levantadas, pelo representante do Desenvolvimento Social da Câmara Municipal da Maia, algumas questões relativas ao regimento em vigor do CMDS, tendo sido aprovado pelos membros presentes a sua nova redacção, que terá em consideração as questões debatidas e outras que eventualmente o Grupo Coordenador possa detectar no decorrer da sua revisão.

Nos quadros seguintes apresentam-se as modificações sugeridas na RO1 do CMDS, sendo que a cor azul representa a alteração pretendida e a vermelho as substituições a efectuar.

Capítulo I – Disposições gerais

Artigo 1º

(Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável)

1 – O Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (CMDS) é um órgão independente de reflexão e consulta, representativo das forças vivas do concelho que, procurando congregar as diversas sensibilidades e concertar os interesses em presença numa perspectiva de defesa do interesse público municipal, tem por missão estabelecer uma estrutura permanente de debate e participação relativamente a todas as matérias áreas de intervenção municipal relevantes em matéria de sustentabilidade.

Capítulo II – **Estatuto Deveres e Direitos do CMDS**

Artigo 7º REPETIDO ART.º 10º (foi debatida a pertinência de agregar este artigo com o artigo 10º)

(Representação do CMDS)

Capítulo III – **Estatuto Deveres e Direitos dos membros do CMDS**



Capítulo IV – Composição

Artigo 10º

(Mesa do CMDS)

...

I)interpretar este Regimento. (Deverá ficar sempre prevista a possibilidade de recurso das decisões da mesa para o Conselho)

Artigo 11º

(Determinação da Mesa)

1 – A Câmara Municipal é responsável por todas as tarefas que conduzam à determinação da Mesa, a qual não poderá integrar membros pertencentes à Autarquia, à excepção do Vereador do Ambiente e da Qualidade de Vida ou seu representante, que presidirá. (Deverá ficar prevista a possibilidade de recurso das decisões da mesa para o Conselho)

2 – **A Mesa cumpre até dois mandatos anuais.** A mesa exercerá o seu mandato pelo período de 2 anos contados a partir da sua eleição.

...

Artigo 12º

(Demissão e substituição dos membros da Mesa)

...

2 – Para os efeitos do número anterior, a Mesa envia uma carta registada com aviso de recepção ao Vereador do Ambiente da Autarquia com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à reunião mais próxima do CMDS. (debateu-se o facto da incoerência de segundo o estipulado e sendo o Presidente da mesa o Vereador do pelouro este teria que informar a ele próprio da sua demissão. Debateu-se ainda o facto que a demissão do Presidente da mesa, sendo a sua nomeação da responsabilidade da C.M., deve ser apresentada ao Presidente da Câmara. Neste sentido foi acordado refazer este artigo tendo em conta as questões levantadas)

3 – A **renúncia demissão** a que se refere o número 1 pode não se concretizar por solicitação das instituições ou cidadãos em causa e mediante aprovação pela Autarquia e CMDS.

4 – Os membros da Mesa podem ainda solicitar a sua substituição, de forma idêntica à descrita no número 2. (foi debatido o facto de se for o Presidente ele terá que solicitar a ele próprio)

5 – Em qualquer dos casos, a Câmara Municipal procederá às **tarefas diligências** necessárias para assegurar a nomeação de novos membros por forma a que a reunião seguinte decorra com toda a normalidade. (foi debatida a possibilidade de competir à Câmara Municipal a nomeação do Presidente do Conselho que, por inerência, preside à mesa, cabendo ao Conselho a nomeação dos outros dois elementos da mesa de entre os Conselheiros)

6 – Se, aquando da reunião seguinte a que se refere o número anterior, não estiverem ainda determinados os novos membros da Mesa, o CMDS tratará de o fazer imediatamente. A Mesa informará o Vereador do Ambiente da sua nova composição através de uma carta registada

com aviso de recepção e no prazo de 15 dias. (debateu-se a possibilidade de se aplicar o art.º 13º)

7 - Aplica-se o disposto no número 9 do **17º Erro! A origem da referência não foi encontrada.** (16º) para a substituição dos membros cessantes. (foi debatido que sendo os Vice-presidentes eleitos pelo Conselho não parece fazer sentido a aplicação da disposição regulamentar invocada, já que contrariaria a democraticidade de funcionamento e a autonomia do próprio Conselho)

Artigo 16º

(Renovação dos membros do CMDS)

(debateu-se a necessidade de se explicar, de forma inequívoca, a quem compete decidir sobre a aceitação de novos membros ou a demissão de membros que integram o Conselho)

1 – A composição do CMDS é estável, ocorrendo anualmente uma renovação parcial dos seus membros. Esta renovação incide sobre 10% a 40% dos mesmos. (debateu-se a possibilidade do Conselho exercer o mandato pelo mesmo período da mesa)

2 – Todos os interessados em integrar ou deixar o CMDS deverão disso dar conhecimento à Mesa por meio de carta registada com aviso de recepção devidamente fundamentada. No primeiro caso, as instituições enviarão ainda um pequeno relatório contendo as principais actividades realizadas nos últimos dois anos e os indivíduos um *curriculum vitae* resumido. (debateu-se a necessidade de incluir quem decide da aceitação, explicitando que se for a Câmara, os pedidos de integração deverão ser-lhe dirigidos, competindo-lhe da sua decisão informar o Conselho)

...

5 – Anualmente, até 30 de Abril, a Autarquia procede à renovação a que alude o número 1 com base nos critérios estabelecidos no número seguinte. (dependendo da redacção que for dada, este artigo deverá ter ou não nova redacção)

....

10 – O presente artigo não se aplica aos membros da Autarquia. (foi interrogada a pertinência deste ponto que poderá eventualmente fazer sentido apenas para os membros da Câmara Municipal)

Capítulo V – Funcionamento das reuniões

Artigo 20º

(Periodicidade e convocação)

1 – O CMDS reúne ordinariamente todos os bimestres por marcação da Mesa e extraordinariamente por iniciativa da Mesa ou por solicitação do Presidente da Autarquia ou de

algum Vereador àquela. (foi debatido e considerado relevante inserir a possibilidade de convocação de reuniões extraordinárias por parte de um determinado n.º de conselheiros)

Artigo 21º**(Ordem do dia)**

1 – A definição da Ordem do Dia é da responsabilidade da Mesa. (Fez-se alusão ao facto de o conteúdo deste ponto estar repetido, alínea a), n.º 3, art.º 10º)

Artigo 22º**(Quórum)**

1 – O CMDS não pode reunir sem a presença de pelo menos 3 membros não pertencentes à Autarquia. (foi sugerida a necessidade de se clarificar qual o n.º mínimo de conselheiros)

2 – O CMDS não pode reunir sem a presença de pelo menos um elemento da Mesa. (clarificou-se que este ponto Contraria o art.º 13º que transfere as competências ao Grupo Coordenador na ausência da Mesa)

Artigo 23º**(Decisões)**

...

4 – A unanimidade não deve ser alcançada à custa de discussões excessivamente longas e que, por isso mesmo, ponham em causa a funcionalidade do CMDS. Cabe à Mesa decidir do momento oportuno para se passar à votação, nos termos do número seguinte. (foi sugerido estabelecer tempos máximos para a intervenção dos conselheiros, tendo sido considerado pelo CMDS que essa necessidade não se aplicava)

Artigo 24º**(Publicidade das decisões)**

...

4 – Sempre que julgarem oportuno, a Mesa ou o CMDS podem divulgar decisões tomadas à comunicação social, aplicando-se para efeitos de representação o disposto no Artigo 7º. (foi sugerida a necessidade que tal divulgação deve ser da responsabilidade da mesa, por forma a evitar diferentes conteúdos resultantes da eventualidade de diferentes interpretações)

Apresentação técnica da estratégia para a elaboração de diagnóstico e plano de acção

Foi efectuada uma breve descrição sobre o papel do CMDS no processo **maia21** e da metodologia a adoptar para a elaboração do Diagnóstico e Plano de Acção (principais documentos do processo). Foi apresentada a missão e os objectivos do CMDS, assim como as fases que o processo envolve, salientando o papel dos contributos da participação pública e dos projectos de desenvolvimento sustentável promovidos pela Autarquia, e enfatizando a aplicação prática destes contributos no processo **maia21**, evocando para isso o exemplo do questionário que será discutido no ponto seguinte.

A iteração entre o processo de participação, os projectos em curso e os documentos chave do processo **maia21**, foi apresentado da seguinte forma:



Foi ainda feita uma breve descrição sobre os próximos passos a serem dados neste processo, descrevendo como os mais imediatos a recolha de contributos para a visão comum de Sustentabilidade para a Maia e a elaboração dos documentos chave – Diagnóstico e Plano de Acção.

Recolha de contributos dos membros do CMDS para o Diagnóstico e Plano de Acção

A Mesa promoveu o debate sobre os pontos do questionário previamente entregue na convocatória desta reunião, solicitando ainda a sua entrega no final da sessão. As questões que foram colocadas foram as seguintes:

-
- 1 Como gostaria que fosse a Maia daqui a 10 anos?
 - 2 Quais os factores que favorecem a concretização desta visão?
 - 3 Quais os principais constrangimentos que existem no Município para a concretização deste futuro?
 - 4 Quais as acções/ soluções possíveis face aos constrangimentos apontados?
-

Este debate foi orientado tendo em conta os temas prioritários para o Desenvolvimento Sustentável do Município, garantido desta forma o carácter estratégico do Plano de Acção do processo **maia21**.

As contribuições dos membros foram recolhidas durante a reunião do CMDS, tendo sido pedido o seu envio via email aos restantes membros, de forma a estarem representados todos os sectores da sociedade representados no Conselho.

Os resultados obtidos encontram-se listados na tabela seguinte:

Como gostaria que fosse a Maia daqui a 10 anos?
Um Concelho inclusivo, paradigma de uma sociedade efectivamente promotora da igualdade de oportunidades para todos.
Uma referência nacional enquanto pólo de desenvolvimento tecnológico (com respeito aos valores históricos) e qualidade de vida de excelência tendo a sustentabilidade como pedra basilar
Um município melhor ordenado, com os seus aglomerados urbanos mais bem definidos e circunscritos, com o seu património arquitectónico arqueológico e ambiental melhor preservado e respeitados, com uma verdadeira cultura de participação e respeito cívico
Uma Maia Melhor e mais participativa
Um Município que se aproxime ao longo dos dez anos do conceito de cidade sustentável, harmonizando os interesses económicos e sociais com a protecção do meio ambiente. Em termos práticos, seria importante que todas as linhas de água estivessem despoluídas e que ocorresse uma revolução ao nível dos consumos de forma a evitar a depleção dos recursos naturais não renováveis, e uma redução ao nível da eficiência energética
Um município com espaços verdes (corredores ecológicos) sem edifícios vazios e com transportes

gratuitos (área metropolitana) e ciclovias.
Mais participativa e com uma envolvência da juventude
Uma cidade que prima pela qualidade de vida construída com qualidade ambiental
Uma Maia que continuasse a integrar a participação pública nas principais decisões que afectam os municíipes; que recicla e composta a maioria dos seus resíduos; que diminui progressivamente a sua emissão de GEE regulando a sua indústria, a sua mobilidade e o seu consumo de energia, melhorando também assim a sua qualidade do ar; onde os cursos de água não são esgotos e lixeiras mas elementos de suporte de biodiversidade e de usufruto da população; onde a mobilidade sustentável é incentivada através da criação de facilidades aos veículos ecológico (p. e. eléctricos), criação de ecovias e distribuição gratuita de bicicletas, através de transportes públicos menos poluentes e através de medidas de desencorajamento da utilização do transporte privado a energias fósseis; que desse a devida relevância às funções do solo e respeitasse a REN e a RAN mantendo ou aumentando a sua área ao longo do tempo; que tivesse uma Câmara Municipal que a todo o momento pratica o que prega e se constitui como um exemplo de organismo sustentável; que tivesse em curso um plano de reconversão da flora exótica e infestante em flora autóctone; que promova a construção sustentável no concelho; que seja intransigente com actividades que prejudicam a qualidade de vida no concelho.
Parte integrante do futuro concelho do Grande Porto e, por essa via, com uma política metropolitana integrada.
Melhor planeamento urbanístico; Existência de espaços verdes a rodear os imóveis; Construção de novos edifícios escolares; Implementação em todo o concelho do sistema de recolha de lixos selectiva; Rede eficaz de transportes públicos que sirva todo o concelho e dê resposta às necessidades da população; A totalidade das habitações efectivamente ligada à rede de água e saneamento; Criação de infra estruturas de apoio à terceira idade; Eliminação de lixeiras ou de locais de deposição de lixos;
Um concelho ecologicamente sustentável e que houvesse mais interacção entre o município e as empresas nas suas acções de sensibilização.
Um concelho com uma grande dinâmica económica e social, participação activa por parte dos diversos agentes sociais e institucionais. Atendendo, sempre, à sustentabilidade ambiental do desenvolvimento. No patamar actual, nunca um projecto deverá ser desenvolvido se não respeitar os requisitos ambientais. A energia consumida nos equipamentos públicos e estruturas públicas deverá ser proveniente de fontes renováveis e os edifícios aprovados para construção no concelho devem integrar estas fontes de energia. Do ponto de vista estratégico, gostaria de ver a Maia como parte de uma verdadeira área metropolitana e não o simulacro que hoje existe.
Uma terra onde a segurança, a limpeza, o número de espaços verdes e de lazer se impõem. Mas também possa afirmar que há centros de dia e lares para os menos jovens.

Com, eventualmente, mais espaços para o desporto saudável, com cada vez maior número de pessoas a fazer desporto de competição, mas também de manutenção.

Sonho com variantes capazes de desviar o trânsito do centro dos aglomerados populacionais – Ex_Castelo.

O alargamento do acesso aos estabelecimentos de saúde será – espero – considerado, de forma integrada

Reforçasse a aposta na educação e formação ao longo da vida, na acção social, na educação ambiental e um concelho com um pólo industrias e serviços em ares emergentes e amigas do ambiente.

A Maia como um Município dinamizador, rumo à sustentabilidade, através de um planeamento cuidado, adaptado à realidade através da participação da comunidade, nomeadamente:

a) Aumentar a auto-suficiência das áreas urbanas, com o objectivo de diminuir os impactos ambientais negativos.

b) A satisfação das necessidades humanas sociais, económicas e ambientais;

c) Construir com qualidade e flexibilidade para facilitar estratégia do presente e futuro

2 Quais os factores que favorecem a concretização desta visão?

Redução/ eliminação do analfabetismo;

Aumento dos níveis de formação e qualificação;

Promoção do emprego e da valorização profissional;

Promoção de medidas de apoio às famílias mais carenciadas, em especial no que se refere aos idosos, crianças e jovens.

Acessibilidades (viária, aérea e marítima)

Infra-estruturas de serviço básico (água, efluentes, resíduos)

Outras Infra-estruturas (rede escolar, rede desportiva, ...)

Visão de ordenamento de território

Pólo tecnológico TECMAIA

Elevado rigor na gestão urbanística

Orçamento mais elevado para acções mais pró-activas na defesa e preservação do património

Acções de sensibilização e educação para a cidadania (alargando o âmbito para além das já conhecidas e centradas mais especificamente na temática ambiental)

Aposta na informação/formação/educação

Parcerias com associações, Juntas de Freguesia, Empresas, Escolas

Educação para o desenvolvimento sustentável

Implementação de acções/planos ao nível municipal /metropolitano que permitem aos cidadãos adoptarem práticas (em casa, no trabalho, etc...) ambientalmente mais sustentáveis

Divulgar amplamente os resultados obtidos, especialmente evidenciando os benefícios no meio ambiente

Uma política virada para o ambiente. Posição favorável na AMP e ainda muito espaço que permite intervenções atempadas e eficazes

Com o interesse das crianças e jovens em acções reais, temos naturalmente a mobilização necessária e a



aderência dos pais ao projecto de desenvolvimento sustentável uma vez que a realidade é inegável e "AS CRIANÇAS E OS JOVENS SÃO O NOSSO FUTURO" daí que nos próximos dez anos serão eles que sustentarão o futuro ambiente; ter os seus serviços normalmente abertos e ligados às formas de freguesia
Aposta em energia alternativas, com vista a eliminar, entre outros, elementos com impacto de Co2
O compromisso da Câmara Municipal na melhoria do ambiente no concelho. A promoção da participação pública. A crescente consciencialização ambiental da sociedade civil. A aprendizagem com experiências semelhantes noutras partes do país.
Os factores de unidade territorial e social de toda a região.
Alteração das mentalidades quer por parte das entidades quer por parte da população; - Acção de sensibilização porta a porta, através dos meios de comunicação, distribuição de folhetos, outdoors
Criar um sistema selectivo de recolha de resíduos banais nas empresas pela Câmara; Sensibilizar as empresas para as boas práticas ambientais, e incentivar a aquisição de material mais ecológico.
O desenvolvimento das energias renováveis, a necessidade de eliminar de forma segura os combustíveis fósseis, a absoluta necessidade de diminuir a poluição e a imprescindível busca por uma melhor integração entre o meio urbano e o ambiente.
Vontade política – dos políticos e dos maiatos, por nascimento ou opção. Alia-se a este pressuposto a atitude cada vez mais reivindicativa da população. É de aguardar o surgimento de mais grupos de lobbies a exigir as condições para a nova realidade de uma 4ª idade.
As prioridades políticas assumidas nos últimos anos. Aposta nas boas práticas ambientais Um pólo de excelência – Tecmaia – que deveria ser o motor de uma nova zona industrial, requalificada, centrada em indústrias e serviços inovadores e amigos do ambiente
1 - Criação de apoio à infância e terceira idade, através da construção de jardins-de-infância, escolas, Centros de Dia e Lares. 2 - Criação de estruturas para instalação de empresas, visando a criação de emprego e receitas para o município. 3 – Criação de Parques verdes, despoluição de linhas de águas, águas potáveis que existem em abundância no n/ Concelho, continuação do esforço para despoluição do Rio Leça e afluentes, continuação da participação para a ligação de águas e saneamento em zonas onde ainda não existam.
3 Quais os principais constrangimentos que existem no Município para a concretização deste futuro?
Número insuficiente de acções de alfabetização; Número reduzido de ofertas formativas e qualificantes; Número insuficiente de equipamentos de apoio social a idosos e de serviços de apoio domiciliário. Competitividade com municípios vizinhos;



Deficiente consciência e participação cívica e ambiental da população; Deficientes meios de transporte público e sua complementaridade com outros municípios e outros meios Dificuldade na implementação do cumprimento da legislação (financeira)
Incompreensão e /ou desconhecimento de determinadas medidas (por exemplo em matéria de ordenamento do território – protecção reservas, etc); Restrições Orçamentais; Pouca cultura Participativa
Vontade ou falta dela; Sensibilidade ou falta dela
Monetários Desarticulação entre entidades (internas; externas) Interesses económicos/ políticos Falta de participação pública, por motivos culturais, desinteresse, etc
Especulação imobiliária Dependência do automóvel
Acções conjuntas entre o Município, as juntas de freguesia e as escolas e as escolas profissionais em detrimento das actuais acções directamente com as escolas por parte do município sem a intervenção das juntas de freguesia.
Neste momento face aos constrangimentos económicos, não tem existido a preocupação premente da organização empresarial com vista à implementação e uso das energias alternativas, alteração dos sistemas produtivos
A inércia pública. A inércia autárquica. Os entraves privados. A burocracia local e central. As limitações do poder autárquico e dependência do poder central e da legislação.
Apenas constrangimentos políticos
A densidade de construção já edificada; O elevado preço dos terrenos; Vontade política; A necessidade de a autarquia garantir a entrada de receitas
A falta de motivação para se adoptar esse tipo de práticas.
A falta de vontade – e de coragem - de muitos agentes políticos e sociais e a ânsia pelo lucro fácil e rápido de muitos empresários.
Na bíblia no princípio é a verba!! Este o principal constrangimento.
O envolvimento da sociedade, dos meios académicos e das empresas na reflexão e requalificação dos espaços existentes. A falta de mentalização de alguns municípios ainda não suficientemente sensibilizados para essa participação, bem como estruturas antigas que só poderão ser reestruturadas com o tempo devido.
4 Quais as acções/ soluções possíveis face aos constrangimentos apontados?
Aumento de ofertas formativas/ qualificantes quer por parte dos estabelecimentos de ensino público quer por parte de entidades formadoras; Promoção do ensino técnico-profissional como primeira escolha, adequado ao tecido empresarial do Concelho;

Reforço do trabalho em parceria no âmbito da Rede social.
Reforço da rede pública de transportes; Protecção dos espaços rurais/florestais; Requalificação da malha urbana mais antiga; Limpeza das linhas de água; Promoção do uso de tecnologias limpas; Implementação de medidas de compensação das emissões de carbono; Melhor comunicação com a população.
Promover acções de promoção de investimentos imobiliários preferencialmente dentro dos aglomerados urbanos Sensibilização para a importância de preservar reservas territoriais Sensibilizar para a prática diária de actuação sustentável (na condução, no estacionamento, no respeito pela diferença, no respeito pelos espaços públicos) – aproveitamento e articulação com as escolas onde penso que as accções poderão surtir maior efeito Opção por modo de transportes mais sustentáveis
Acções junto das escolas, comunidade, associações; Divulgação de exemplos de boas práticas
Promover o envolvimento de toda a comunidade dos problemas, fazendo-os sentir como também sendo seus e, por isso, empenhar-se na defesa e preservação. Seria importante transmitir aos cidadãos a importância de desempenharem papéis activos na sociedade nesta matéria.
O CMDS demonstra-se proactivo e dinamizador da A21 Local.
Reservar no PDM de espaços não edificados; Protocolo com empresas de transportes; Sensibilização de cidadãos; Não aprovação de novas construções mas sim de reconstrução e renovação.
Essencialmente campanhas de sensibilização com exemplos práticos e visitas aos locais que já tem bons exemplos de preservação do ambiente e a outras em que o ambiente estão degradado ou pouco recomendável. Exemplos que possam sensibilizar os mais jovens que por sua vez vão arrastar os pais a essa mobilização.
Organização e implementação, nas instituições e empresas de energias alternativas. A continuação da existência de parques por todo o Concelho.
Investimento sério na comunicação à população e educação para a cidadania. Esforço no envolvimento de todas as partes interessadas. Perseverança.
Existir vontade política de todos os entes públicos envolvidos
Criação de incentivos para a: Protecção do comércio tradicional; Conservação e manutenção do património; Ligação da água e saneamento;

Fixação de empresas no concelho não poluentes
Acções de sensibilização, educação e motivação para a utilização de boas práticas ambientais e a criação de meios para que as empresas possam ser ecologicamente mais sustentáveis.
Vontade política, dinâmica social e consciência ambiental, isto é, consciência de que este é o nosso planeta.
Inventar novas formas de angariação de fundos, quer mais verbas, quer 'rapando' o fundo ao tacho da EU, quer gerando fundos internos.
Realizar um conjunto de eventos temáticos para pensar a Maia, tendo como base dois princípios: Maia um concelho amigo do ambiente; Criação de pólos de indústrias e serviços qualificados e diferenciadores.
Contribuição activa do município junto dos cidadãos, com acções demonstrativas e esclarecedoras do caminho a seguir.

Face aos contributos acima descritos, o Grupo Coordenador compilou e agregou os aspectos da visão para a Maia que foram mais focados, concentrando-os nas principais áreas temáticas associadas:

Como gostaria que fosse a Maia daqui a 10 anos?	
Principais Áreas Temáticas Associadas	Contributos individuais
Ordenamento do Território e espaços verdes	<p>Um município melhor ordenado, com os seus aglomerados urbanos mais bem definidos e circunscritos, com o seu património arquitectónico arqueológico e ambiental melhor preservado e respeitados...</p> <p>Um município com espaços verdes (corredores ecológicos) sem edifícios vazios...</p> <p>...que desse a devida relevância às funções do solo e respeitasse a REN e a RAN mantendo ou aumentando a sua área ao longo do tempo...</p> <p>Melhor planeamento urbanístico</p> <p>Existência de espaços verdes a rodear os imóveis</p> <p>Uma terra onde...o número de espaços verdes e de lazer se impõem...</p>
Energia	<p>...que ocorresse uma revolução ao nível dos consumos de forma a evitar a depleção dos recursos naturais não renováveis, e um aumento ao nível da eficiência energética..</p> <p>...que diminui progressivamente a sua emissão de GEE regulando a sua indústria... e o seu consumo energético</p> <p>...A energia consumida nos equipamentos públicos e estruturas públicas deverá ser proveniente de fontes renováveis e os edifícios aprovados para a construção no concelho devem integrar estas fontes de energia</p> <p>Um concelho mais ecologicamente sustentável e que houvesse mais interacção entre o município e as empresas nas suas acções de sensibilização</p> <p>Reforçasse a aposta na educação ambiental</p> <p>...com uma verdadeira cultura de participação e respeito cívico.</p>
Participação pública/ cooperação e sensibilização	<p>Um Maia melhor e mais participativa.</p> <p>Maia participativa e com a envolvência da Juventude</p> <p>Uma maia que continuasse a integrar a participação pública nas principais decisões que afectam os municípios...</p> <p>Um concelho...com participação activa por parte dos diversos agentes sociais e institucionais</p>

Acessibilidade e Mobilidade Sustentável	Com transportes gratuitos (área metropolitana) e ciclovias... Que diminui progressivamente a sua emissão de GEE ..regulando a sua mobilidade, melhorando também assim a sua qualidade do ar... ...onde a mobilidade sustentável é incentivada através da criação de facilidades aos veículos ecológicos (p.e. eléctricos), criação de ecovias e distribuição gratuitas de bicicletas, através de transportes públicos menos poluentes e através do desencorajamento da utilização do transporte privado a energias fósseis Rede eficaz de transportes públicos que sirva todo o concelho e dê resposta às necessidades da população... ...Sonho com variantes capazes de desviar o trânsito do centro dos aglomerados populacional – Ex- Castelo
Água	...Em termos práticos, seria importante que todas as linhas de água estivessem despoluídas ... Uma Maia...onde os cursos de água não são esgotos e lixeiras mas elementos de suporte de biodiversidade e de usufruto da população...
Desenvolvimento tecnológico	Uma referência Nacional enquanto pólo de desenvolvimento tecnológico (com respeito aos valores históricos)
Resíduos	...Implementação em todo o concelho do sistema de recolha de lixo selectiva... Eliminação de lixeiras ou de locais de deposição de lixos
Educação/formação	...Construção de novos edifícios escolares... Reforçasse a aposta na educação e formação ao longo da vida
Apoio Social	...O alargamento do acesso aos estabelecimentos de saúde será considerado de forma integrada.... ...Mas também possa afirmar que há centros de dia e lares.. ...Criação de infra-estruturas de apoio à terceira idade...

Relativamente aos factores que favorecem a concretização desta visão, os aspectos mais focados foram os seguintes:

Principais Áreas Temáticas Associadas	Quais os factores que favorecem a concretização desta visão
	Contributos individuais
Ordenamento do Território e espaços verdes	Infra-estruturas de serviço básico (água, efluentes, resíduos) Outras Infra-estruturas (rede escolar, rede desportiva, ...) Visão de ordenamento de território Elevado rigor na gestão urbanística Posição favorável na AMP e ainda muito espaço que permite intervenções atempadas e eficazes Os factores de unidade territorial e social de toda a região. Criação de Parques verdes Criação de estruturas para instalação de empresas, visando a criação de emprego e receitas para o município.

Participação pública/ cooperação e sensibilização	<p>Aposta nas boas práticas ambientais Educação para o desenvolvimento sustentável Divulgar amplamente os resultados obtidos, especialmente evidenciando os benefícios no meio ambiente Orçamento mais elevado para acções mais pró-ativas na defesa e preservação do património Uma política virada para o ambiente O compromisso da Câmara Municipal na melhoria do ambiente no concelho. A promoção da participação pública. A crescente consciencialização ambiental da sociedade civil. A aprendizagem com experiências semelhantes noutros pontos do país. É de aguardar o surgimento de mais grupos de lobbies a exigir as condições para a nova realidade de uma 4ª idade. Alteração das mentalidades quer por parte das entidades quer por parte da população; - Acção de sensibilização porta a porta, através dos meios de comunicação, distribuição de folhetos, outdoors Sensibilizar as empresas para as boas práticas ambientais, e incentivar a aquisição de material mais ecológico. Implementação de acções/planos ao nível municipal /metropolitano que permitem aos cidadãos adoptarem práticas (em casa, no trabalho, etc...) ambientalmente mais sustentáveis. Acções de sensibilização e educação para a cidadania (alargando o âmbito para além das já conhecidas e centradas mais especificamente na temática ambiental) Aposta na informação/formação/educação Com o interesse das crianças e jovens em acções reais, temos naturalmente a mobilização necessária e a aderência dos pais ao projecto de desenvolvimento sustentável uma vez que a realidade é inegável e "AS CRIANÇAS E OS JOVENS SÃO O NOSSO FUTURO" daí que nos próximos dez anos serão eles que sustentarão o futuro ambiente; ter os seus serviços normalmente abertos e ligados às formas de freguesia. Parcerias com associações, Juntas de Freguesia, Empresas, Escolas</p>
Acessibilidade e Mobilidade Sustentável	<p>Acessibilidades (viária, aérea e marítima) Aposta em energia alternativas, com vista a eliminar, entre outros, elementos com impacto de Co2</p>
Água	<p>...despoluição de linhas de águas, águas potáveis que existem em abundância no n/ Concelho, continuação do esforço para despoluição do Rio Leça e afluentes, continuação da participação para a ligação de águas e saneamento em zonas onde ainda não existam.</p>
Desenvolvimento tecnológico	<p>Um pólo de excelência – Tecmaia – que deveria ser o motor de uma nova zona industrial, requalificada, centrada em indústrias e serviços inovadores e amigos do ambiente Criação de estruturas para instalação de empresas, visando a criação de emprego e receitas para o município. Pólo tecnológico TECMAIA</p>
Educação/formação	<p>Redução/ eliminação do analfabetismo; Aumento dos níveis de formação e qualificação; Promoção do emprego e da valorização profissional; Aposta na informação/formação/educação</p>
Apoio Social	<p>Promoção de medidas de apoio às famílias mais carenciadas, em especial no que se refere aos idosos, crianças e jovens. Criação de apoio à infância e terceira idade, através da construção de jardins-de-infância, escolas, Centros de Dia e Lares...</p>

Relativamente aos principais constrangimentos que existem no Município para a concretização da visão, os aspectos mais focados foram os seguintes:

Quais os principais constrangimentos que existem no Município para a concretização desta visão?	
Principais Áreas Temáticas Associadas	Contributos individuais
Ordenamento do Território e espaços verdes	A densidade de construção já edificada; O elevado preço dos terrenos
Participação pública/ cooperação e sensibilização	Deficiente consciência e participação cívica e ambiental da população; Incompreensão e /ou desconhecimento de determinadas medidas (por exemplo em matéria de ordenamento do território – protecção reservas, etc); Pouca cultura Participativa Falta de participação pública, por motivos culturais, desinteresse, etc O envolvimento da sociedade, dos meios académicos e das empresas na reflexão e requalificação dos espaços existentes. A falta de mentalização de alguns municíipes ainda não suficientemente sensibilizados par essa participação, bem como estruturas antigas que só poderão ser reestruturadas com o tempo devido. Especulação imobiliária A inéria pública. A inéria autárquica. Os entraves privados. A burocracia local e central. As limitações do poder autárquico e dependência do poder central e da legislação. A falta de motivação para se adoptar esse tipo de práticas. Vontade ou falta dela; Sensibilidade ou falta dela
Acessibilidade e Mobilidade Sustentável	Deficientes meios de transporte público e sua complementaridade com outros municípios e outros meios
Constrangimentos Interesses económicos/ políticos	Monetários A falta de vontade – e de coragem - de muitos agentes políticos e sociais e a ânsia pelo lucro fácil e rápido de muitos empresários. Apenas constrangimentos políticos Dificuldade na implementação do cumprimento da legislação (financeira) Restrições Orçamentais Interesses económicos/ políticos A necessidade de a autarquia garantir a entrada de receitas
Apoio Social	Número insuficiente de equipamentos de apoio social a idosos e de serviços de apoio domiciliário
Educação/formação	Número insuficiente de acções de alfabetização; Número reduzido de ofertas formativas e qualificantes;

As principais acções/ soluções apontadas pelos membros do Conselho para fazer face aos constrangimentos apontados:



Quais as acções/soluções possíveis face aos constrangimentos apontados	
Principais Áreas Temáticas Associadas	Contributos individuais
Ordenamento do Território e espaços verdes	<p>Organização e implementação, nas instituições e empresas de energias alternativas. A continuação da existência de parques por todo o Concelho.</p> <p>Promover acções de promoção de investimentos imobiliários preferencialmente dentro dos aglomerados urbanos</p> <p>Reservar no PDM de espaços não edificados; Não aprovação de novas construções mas sim de reconstrução e renovação.</p>
Energia	<p>Organização e implementação, nas instituições e empresas de energias alternativas.</p>
Participação pública/ cooperação e sensibilização	<p>Realizar um conjunto de eventos temáticos para pensar a Maia, tendo como base dois princípios:</p> <p>Maia um concelho amigo do ambiente;</p> <p>Criação de pólos de indústrias e serviços qualificados e diferenciadores.</p> <p>Acções de sensibilização, educação e motivação para a utilização de boas práticas ambientais e a criação de meios para que as empresas possam ser ecologicamente mais sustentáveis.</p> <p>Existir vontade política de todos os entes públicos envolvidos</p> <p>Contribuição activa do município junto dos cidadãos, com acções demonstrativas e esclarecedoras do caminho a seguir.</p> <p>Investimento sério na comunicação à população e educação para a cidadania.</p> <p>Esforço no envolvimento de todas as partes interessadas. Perseverança.</p> <p>Promover o envolvimento de toda a comunidade dos problemas, fazendo-os sentir como também sendo seus e, por isso, empenhar-se na defesa e preservação. Seria importante transmitir aos cidadãos a importância de desempenharem papéis activos na sociedade nesta matéria.</p> <p>O CMDS demonstra-se proactivo e dinamizador da A21 Local.</p> <p>Sensibilização para a importância de preservar reservas territoriais</p> <p>Sensibilização de cidadãos</p> <p>Sensibilizar para a prática diária de actuação sustentável (na condução, no estacionamento, no respeito pela diferença, no respeito pelos espaços públicos) – aproveitamento e articulação com as escolas onde penso que as acções poderão surtir maior efeito</p> <p>Exemplos que possam sensibilizar os mais jovens que por sua vez vão arrastar os pais a essa mobilização.</p> <p>Essencialmente campanhas de sensibilização com exemplos práticos e visitas aos locais que já tem bons exemplos de preservação do ambiente e a outras em que o ambiente estão degradado ou pouco recomendável.</p>
Acessibilidade e Mobilidade Sustentável	<p>Opção por modo de transportes mais sustentáveis;</p> <p>Protocolo com empresas de transportes</p>
Desenvolvimento tecnológico	Criação de pólos de indústrias e serviços qualificados e diferenciadores
Apoio Social	Reforço do trabalho em parceria no âmbito da Rede social.
Educação/formação	<p>Aumento de ofertas formativas/ qualificantes quer por parte dos estabelecimentos de ensino público quer por parte de entidades formadoras;</p> <p>Promoção do ensino técnico-profissional como primeira escolha, adequado ao tecido empresarial do Concelho;</p>

**Investimento
Económico
/angariação de
fundos**

Inventar novas formas de angariação de fundos, quer mais verbas, quer 'rapando' o fundo ao tacho da EU, quer gerando fundos internos.

Da análise ponderada dos contributos dos membros do CMDS pelo GC, as áreas temáticas prioritárias mais relevantes são as seguintes:

1. Ordenamento do Território e Espaços Verdes

Optimizar a gestão urbanística sobre pilares de sustentabilidade enfatizando a compactação do território e o papel dos espaços verdes públicos e da função ecológica do continuum natural.

2. Energia

Promover a introdução progressiva de práticas energéticas mais sustentáveis (começando pelas instituições públicas) nomeadamente a redução dos consumos, assim como a substituição da utilização de energias não renováveis pelas renováveis.

3. Participação pública, Cooperação e Sensibilização

Desenvolver acções de sensibilização que visem o exercício de cidadania. Promover e implementar a cooperação entre entidades.

4. Mobilidade Sustentável

Promover uma política de mobilidade sustentável que assente na criação de meios para utilização de veículos mais ecológicos, com ecovias e ciclovias e com uma melhor eficácia da rede de transportes públicos do Município.

Os resultados deste inquérito são preliminares e serão posteriormente agregados aos resultados de participação pública alargada – Workshop Participativo, sendo nessa altura, seleccionada uma única visão do futuro comum assim como as áreas de intervenção prioritária que orientarão o diagnóstico e o plano de acção do processo **maia21**.

Preparação do Primeiro Workshop Participativo

A Mesa promoveu e orientou o debate sobre as seguintes questões:

Qual o público-alvo a envolver no primeiro Workshop Participativo (WSP)?

Foi esclarecido que o que se pretende neste primeiro WSP é a recolha de contributos da comunidade para que possam ser seleccionados os temas emergentes para o desenvolvimento de uma visão comum, tal como foi feito no seio do CMDS no ponto de debate anterior.

Este primeiro WSP, foi acordado que seria feito com a comunidade da Maia em geral, seguindo-lhe posteriormente, e se se considerar necessário, outros WSP:

- WSP para públicos específicos - com a mesma intenção de recolha de contributos efectuados no primeiro WSP, poderão ser efectuados outros WSP vocacionados para os diversos sectores da sociedade (por exemplo jovens, empresas ou associações).
- WSP temáticos – após o primeiro WSP, poder-se-á sentir necessidade de desenvolver os temas prioritários seleccionados através da participação pública e dos projectos de desenvolvimento sustentável da Autarquia, podendo para efeito realizar-se outros WSP que incidam sobre os temas prioritários.

Seleção do local e agendamento de data para o WSP

A Mesa debateu acerca do local mais apropriado para este tipo de WS, tendo em especial atenção o calendário eleitoral, bem como eventuais constrangimentos ao desenvolvimento da sessão, nomeadamente jogos de futebol e outros eventos. Para este WSP concordou-se na possibilidade desta reunião se realizar no Auditório pequeno do Fórum, no dia 10 de Setembro de 2009.

Relativamente ao horário do WS, o CMDS debateu as diversas possibilidades tendo sido considerada a mais favorável o horário das 21h, conforme opinião de alguns dos membros do CMDS experientes nesta matéria.



Sobre este assunto foi ainda sugerido pelo CMDS que para maior afluência ao WSP, seria de considerar a realização de um evento com jovens, para atrair massa crítica à reunião.

Formas de divulgação do WSP

O CMDS debateu sobre as formas mais eficazes para o desenvolvimento de uma campanha de divulgação e convite do WSP, tendo sido acordado que este momento se reveste da maior importância, salientando-se o facto que a efectividade da agenda 21 local depende dos momentos de participação pública e da dificuldade em angariar

Recolha de possíveis contributos/meios ao dispor dos membros do CMDS junto do sector que representam para a divulgação do WSP.

A Mesa solicitou aos membros do CMDS para a utilização dos meios ao seu dispor para o recrutamento de cidadãos e divulgação do WSP, tendo sido destacados os seguintes meios de divulgação:

- Convite directo, recorrendo cada membro do Conselho aos meios disponíveis de divulgação dentro do seio da comunidade que representam – mailing list, sites, etc.
- Cartazes de divulgação
- Brochuras de divulgação na factura da água
- Divulgação conjunta com um evento/ espectáculo ao qual se poderá juntar o WSP de forma a chamar mais massa crítica.

Reflexão sobre a possibilidade de descentralização das sessões

A Mesa promoveu o debate entre os membros de forma a definir o local para a Reunião 02 do CMDS, tendo sido acordado que se poderia manter o local para a próxima reunião.

Agendamento da próxima reunião

O CMDS agendou a próxima reunião do CMDS, para o período pós férias, poucas semanas após a realização do primeiro WSP para que sejam incluídas nessa sessão, a reflexão e debate sobre



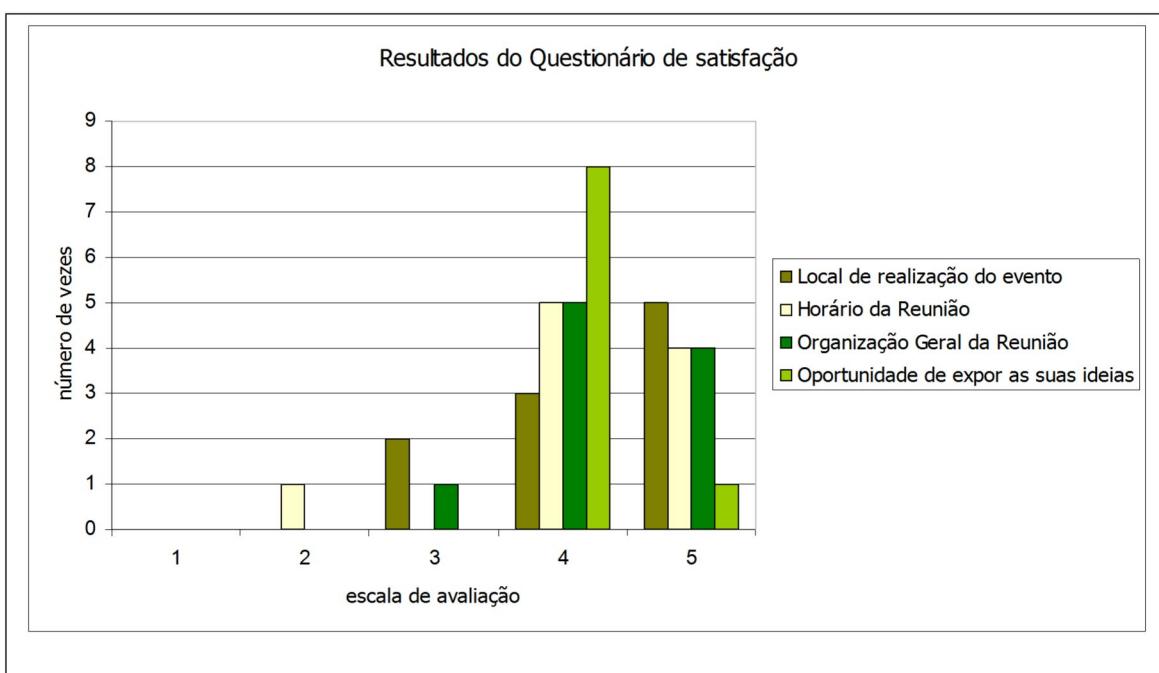
as conclusões retiradas sobre este evento. Na eventualidade de existirem pontos a serem discutidos antes da realização do WS, a Mesa convocará o CMDS para uma reunião extraordinária.

A data da próxima Reunião foi agendada para o dia 29 de Setembro de 2009, às 9.30h no auditório da Quinta da Gruta.

Inquérito de satisfação

A Mesa solicitou o preenchimento do inquérito de satisfação que foi entregue à saída a um membro do Grupo Coordenador. Os resultados foram os seguintes:

1. Qual a sua opinião sobre a reunião (assinal com uma cruz)?
(atribua avaliações entre 1 a 5, sendo: 1 – Muito Negativo; 5 – Muito Positivo)



2. Por favor indique os aspectos que considera mais positivos da organização da reunião e os aspectos que poderiam ser melhorados:

Aspectos mais positivos
A documentação de trabalhos entregues com a devida antecedência
A organização da reunião (2)
Carácter informal da discussão; Democracia e liberdade de expressão; Informalidade da reunião
A reunião correu dentro da forma esperada, num ambiente informal, que facilitou a participação de todos
Abertura para receber opiniões e sugestões dos respectivos membros
Participação dos conselheiros
Ideias expressas
Tentar organizar melhor para não darem tanto tempo
Debate dos aspectos ambientais
Agendado com tempo e local adequado
Coordenação
Aspectos a melhorar
O local onde se realizam as reuniões deveria ter uma mesa redonda.
O formato do auditório não é o adequado
Comodidade das instalações
A pontualidade deveria ser um aspecto fulcral dessas reuniões (2)
Itinerância pelo concelho (creio que está pensado)
Uma ou outra sessão com convidados alvo que possam ter efeito multiplicador na sociedade civil
Visitas de campo do bom e do mau
Sensibilizar conselheiros para a importância de reservarem esse tempo em exclusivo para o conselho
O horário não é conveniente à participação dos cidadãos ou representantes associativos cujo emprego não prevê ou permite a ausência para participar nestas reuniões
Deveria haver uma participação mais activa deste tipo de acções no meio empresarial. Não se deveria focalizar apenas este tipo de incentivos às escolas
Falta de trabalho de casa previamente apresentado para a discussão
Objectividade do projecto
Determinação do público alvo (em nossa opinião serão as crianças e jovens) para que os resultados prioritários surjam daqui a 10 anos com a envolvência de todos
Criar aliciantes e incentivos para aderência do processo das crianças e jovens
Potenciar o apoio às associações de pais seria uma via directa para a aderência dos pais e facilitaria para que o sucesso estivesse garantido

Documentação entregue na Reunião

Anexos a este documento: Nova redacção do Regimento do CMDS





Anexo: Nova redacção do Regimento